



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5025763-65.2020.4.04.0000/RS**

**RELATORA:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**AGRAVANTE:** AGM - ASSOCIACAO GAUCHA DAS MICRO CERVEJARIAS

**AGRAVADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

**AGRAVADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Associação Gaúcha de Micro Cervejarias – AGM, com pedido de tutela recursal, contra decisão que, em sede de ação ajuizada contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a União, indeferiu a tutela de urgência no sentido de expedir, em favor das empresas cervejeiras associadas, autorização de fabricação, distribuição e venda de Álcool 70% INPM, na forma líquida e em gel, pelo prazo máximo de 90 dias, afastando-se a nota técnica nº 3/2020/SEI/DIRE3/ANVISA, a qual apenas permite, às referidas empresas, a fabricação, sem a referida autorização, a título de doação.

Defende a agravante que estão presentes os requisitos que autorizam, na forma do art. 300 do CPC, a concessão da tutela de urgência. Quanto aos elementos que evidenciam a probabilidade de direito, alega que as fábricas cervejeiras representadas pela autora, ou seja, 44 (quarenta e quatro) cervejarias, com 214 (duzentas e quatorze) fábricas do Estado do Rio Grande do Sul), possuem capacidade de produzir conjuntamente 4 milhões de quilos/mês de álcool gel, empregando diretamente em torno de 2.000 (dois mil) funcionários, sem falar nos empregos indiretos neste mercado, estando dispostas a produzir e envasar o álcool 70% em detrimento de sua própria atividade-fim para contribuírem com a sociedade. No que tange ao *periculum in mora*, assevera o atual contexto emergencial da pandemia causada pelo CoronaVirus - COVID - 19, sendo decretado Estado de de Calamidade Publica no Brasil (Decreto-Legislativo nº 06/2020) e no Estado do Rio Grande do Sul (Decretos 55.128 e 55.154, de 01/04/2020). Relata a crise de abastecimento de álcool que atinge de forma generalizada a população e os serviços de saúde.

O pedido de concessão de tutela recursal de urgência restou indeferido (evento 02).

Com contrarrazões (eventos 08 e 10).

A Procuradoria Regional da República da 4ª Região apresentou parecer pelo provimento do recurso (evento 12).

É o relatório.

## VOTO

Nos termos do art. 294 do CPC, a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Especificamente em relação à tutela de urgência de natureza satisfativa, de acordo com o disposto no artigo 300 do CPC, o juiz poderá concedê-la desde que evidenciada a probabilidade do direito alegado e a presença do fundado perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A decisão que indeferiu o pedido de tutela recursal de urgência foi proferida nos seguintes termos (evento 02, DESPADEC1):

*No caso, quanto à probabilidade do direito das alegações da parte agravante, observa-se que as empresas filiadas à autora buscam obter Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que não foi negada na via administrativa e cujos requisitos não foram submetidos à apreciação da Administração.*

*Com efeito, não houve na via administrativa pedido administrativo de autorização, mas houve postulação no sentido de que as exigências sanitárias, como a AFE, fossem dispensadas.*

*Compartilho do entendimento exposto pelo MPF (evento 86) no sentido de que "as filiadas à associação autora sequer iniciaram procedimento administrativo perante a ANVISA para obtenção da AFE, malgrado tenha ocorrido apresentação de requerimento genérico, pela Associação Brasileira da Indústria de Cerveja – CERVBRASIL, para que a ANVISA dispensasse a exigência da AFE para a fabricação e venda de Álcool 70% INPM por parte das cervejarias (E79, OUT2 e E83, PADM2)".*

*Ademais, como bem asseverado na origem, em sede de cognição sumária, a concessão da autorização nos moldes pretendidos pela autora representaria indevida invasão do Poder Judiciário em critérios da Administração, no que tange à defesa da saúde pública e no atendimento aos usuários do SUS.*

*Nessa cenário, reputo razoáveis, em linha de princípio, os requisitos exigidos pela ANVISA para exigência de obtenção de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para o desempenho da atividade de fabricação de álcool etílico 70%, objeto diverso de seu objetivo social (fabricação de cerveja).*

*Igualmente, não vislumbro, por ora, a presença do fundado perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, requisito indispensável à concessão do efeito suspensivo e/ou a antecipação dos efeitos da tutela recursal.*

*A situação emergencial da Covid-19 deu suporte à flexibilização, por parte da ANVISA, ao emitir Nota Técnica, de nº 03/2020 (evento 1, ATO12 e evento 35, OUT3), no sentido de autorizar a fabricação e a comercialização de álcool gel, permitindo-se, em caráter excepcional, que outras fábricas produzissem álcool etílico 70% INPM, restringindo tal hipótese à fabricação com intuito de doação ao SUS, o que também acutela os interesses sanitários da sociedade, como sustentado pela agravante.*

*Ademais, a decisão agravada pode perfeitamente ser modificada por ocasião do julgamento do presente recurso pelo colegiado, após o regular contraditório, sem que isso cause prejuízo ao recorrente.*

*Ante o exposto, indefiro a tutela de urgência.*

Não vejo motivos para alterar o posicionamento adotado.

### **Dispositivo**

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo de instrumento.

---

Documento eletrônico assinado por **MARGA INGE BARTH TESSLER**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002035347v2** e do código CRC **390c6fe8**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): MARGA INGE BARTH TESSLER

Data e Hora: 23/9/2020, às 16:57:33

---

**5025763-65.2020.4.04.0000**

**40002035347.V2**

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 13:58:43.



## **Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5025763-65.2020.4.04.0000/RS**

**RELATORA:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**AGRAVANTE:** AGM - ASSOCIACAO GAUCHA DAS MICRO CERVEJARIAS

**AGRAVADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

**AGRAVADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANVISA. TUTELA DE URGÊNCIA. COVID. ALCOOL GEL. FABRICAÇÃO. DOAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC.

1.

A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do disposto no artigo 300 do CPC.

2. A concessão da autorização nos moldes pretendidos pela autora representaria indevida invasão do Poder Judiciário em critérios da Administração, no que tange à defesa da saúde pública e no atendimento aos usuários do SUS. São razoáveis os requisitos exigidos pela ANVISA para exigência de obtenção de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para o desempenho da atividade de fabricação de álcool etílico 70%, objeto diverso de seu objetivo social (fabricação de cerveja).

3. A situação emergencial da Covid-19 deu suporte à flexibilização, por parte da ANVISA, no sentido de autorizar a fabricação e a comercialização de álcool gel, permitindo-se, em caráter excepcional, que outras fábricas produzissem álcool etílico 70% INPM, restringindo tal hipótese à fabricação com intuito de *doação* ao SUS, o que também acutela os interesses sanitários da sociedade, como sustentado pela agravante.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2020.

---

Documento eletrônico assinado por **MARGA INGE BARTH TESSLER**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002035373v3** e do código CRC **355bc72e**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): MARGA INGE BARTH TESSLER  
Data e Hora: 23/9/2020, às 16:57:33

---

5025763-65.2020.4.04.0000

40002035373 .V3

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 13:58:43.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**EXTRATO DE ATA DA SESSÃO VIRTUAL DE 14/09/2020**  
**A 22/09/2020**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5025763-65.2020.4.04.0000/RS**

**RELATORA:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**PRESIDENTE:** DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

**PROCURADOR(A):** CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA

**AGRAVANTE:** AGM - ASSOCIACAO GAUCHA DAS MICRO CERVEJARIAS

**ADVOGADO:** ANA PAULA FONTANA (OAB RS085935)

**ADVOGADO:** LARA DIAS MARTINEWSKI (OAB RS090347)

**AGRAVADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

**AGRAVADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**MPF:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que este processo foi incluído na Pauta da Sessão Virtual, realizada no período de 14/09/2020, às 00:00, a 22/09/2020, às 14:00, na sequência 13, disponibilizada no DE de 02/09/2020.

Certifico que a 3ª Turma, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

A 3ª TURMA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

**RELATORA DO ACÓRDÃO:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**VOTANTE:** DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**VOTANTE:** DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

**VOTANTE:** DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

**MÁRCIA CRISTINA ABBUD**  
**Secretária**

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 13:58:43.